

## CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ - FIOCRUZ

## Edital 15/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2025	254422-CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ - FIOCRUZ	ADRIANA DA SILVA MENDES VENTURA	30/01/2026 13:35 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25383.000200/2025-01

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - SRP

N°. 90001/2026

## CONTRATANTE (UASG)

254422

## OBJETO

Aquisição de material de uso em biotério, ração animal e domissaneante/saneante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/02/2026 às 9:00 horas (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

## MODO DE DISPUTA

ABERTO

## FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

## INSTITUTO GONÇALO MONIZ

(Processo Administrativo nº 25383.000200/2025-01)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, por meio do **Serviço de Compras da Unidade Instituto Gonçalo Moniz - IGM - FIOCRUZ BAHIA**, sediada na Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal – Salvador – Bahia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**LEIS COMPLEMENTARES:** Norma Regulamentadora NR 6, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 1978 e alterada pela Portaria nº 25, de 2001 da SIT, Lei nº 5.991, de 1973, Lei nº 6.360, de 1976, regulamentada pelo Decreto nº 8.077, de 2014, RDC nº 16, 2014 e demais legislações pertinentes e vigentes e suas alterações.

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de material de uso em biotério, ração animal e domissaneante/saneante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 01, 02, 05 e 06, 18, 22 a 25, 28, 30 e 31, 37 e 38, 41, 45, 50 a 55, 59, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.1. Não será aplicada a exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte aos itens 03, 04, 07, 09, 13, 14, 19, 20, 21, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 43, 44, 46, 47, 58, 61, 62 ainda que se enquadrem no limite de valor previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do art. 49 da referida lei, conforme justificativa técnica constante nos autos do processo administrativo.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Para os demais itens, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.2. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.3. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.4. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.10.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) ano-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4., 5.6 ou 5.8. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15. O valor final mínimo na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. código e/ou referência do item, quando couber;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao total a ser cotado, previsto no Anexo I - Termo de Referência, para contratação.

6.2.2. O licitante poderá informar ainda na proposta o número do registro do produto cotado em sua proposta, sujeito ao controle da ANVISA, bem como do Certificado de Aprovação - C.A. do M.T.E. conforme classificação no Anexo I - Termo de Referência a seguir:

6.2.2.1. Sanenate/domissaneante - itens 1, 22, 24 e 25.

6.2.2.2. Correlato - item 5

6.2.2.2.1. Ainda para o item 5, o produto deverá possuir Certificado de Eficiência de Filtração Bacteriológica BFE mínima de 90%

6.2.2.2.1.1. O Certificado de Eficiência de Filtração, na impossibilidade de consulta junto ao site do fabricante, deverá ser anexado pela licitante da proposta de melhor preço, quando da solicitação do pregoeiro no chat do sistema.

6.2.3. No caso de registro do produto junto a ANVISA vencido, poderá apresentar o protocolo da solicitação de sua revalidação, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976.

6.2.4. No caso de isenção do registro junto a ANVISA, poderá ser comprovada através de documento, informe junto ao site da ANVISA ou Resolução da Diretoria Colegiada - RDC correspondente, devendo conter data e horário da consulta no site.

6.2.5. Na ausência do número do registro do produto na proposta, bem como do certificado de aprovação, a pregoeira poderá consultar nos sites oficiais e na impossibilidade de consulta, solicitará ao licitante da proposta mais vantajosa, para anexar no sistema o registro do produto e a certificação do produto, que poderá ser comprovado por publicação no site daqueles órgãos ou no D.O.U., em validade, conforme classificação no Anexo I - Termo de Referência, a seguir:

6.2.6. Para o produto cotado, o pregoeiro poderá diligenciar junto ao site do fabricante para verificar acerca do produto ofertado e na impossibilidade solicitar ao licitante envio de catálogo e/ou folheto, ficha de informação técnica do produto, contendo sua composição química e demais informações necessárias para aceitação do produto e quando for o caso, a Ficha de Informação de Segurança do Produto (FISQP), que deverá guardar conformidade com as especificações constantes do Anexo I - do Termo de Referência.

6.2.7. Deverá constar na proposta a indicação do fornecimento e instalação do DOSADOR e da INCUBADORA, para os itens descritos no Anexo I - Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos, quando previstos no Termo de Referência.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

7.8.1. R\$ 0,01 para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 0,03 a R\$ 9,99

7.8.2. R\$ 0,10 para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 10,00 a R\$ 99,99

7.8.3. R\$ 1,00, para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 100,00 a R\$ 999,99

7.8.4. R\$ 10,00, para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 1.000,00 a R\$ 4.999,99

7.8.5. R\$ 50,00, para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 5.000,00 a R\$ 14.999,99

7.8.6. R\$ 100,00 para itens cujo valor unitário esteja entre R\$ 15.000,00 a R\$ 39.000,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.21.1. empresas brasileiras;
- 7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.4.1. No acaso de não atendimento, o pregoeiro irá considerar o seu último valor e a proposta eletrônica do sistema do [compras.gov.br](https://compras.gov.br);

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1. conter vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
  - 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. quando couber.
- 9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
  - 9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e de documentos de demais outras habilitação exigidas no Edital e Anexos, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação no Termo de Referência, que não estejam contemplados no SICAF, quando for o caso, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal e a documentação técnica, que constam do Termo de Referência, somente serão exigidos, em qualquer caso, no momento da habilitação, posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.2. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12.3. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, sendo enviado a Nota de Empenho de despesa para aceite formal do adjudicatário..

**10.2. O adjudicatário terá o prazo de [03] três dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**

10.2.1. Considerando que os processos de aquisição da Administração estão tramitando pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Portaria COGEAD nº 76 de 29 de abril de 2020), o fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto à Fiocruz para habilitação de assinaturas no SEI, através do link: [https://sei.fiocruz.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&acao\\_origem=usuario\\_externo gerar\\_senha&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar_senha&id_orgao_acesso_externo=0).

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[05]** cinco dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso no SEI (sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[03]** três dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[03]** três dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota de Empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03(três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [\[sei@fiocruz.br\]](mailto:sei@fiocruz.br).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: (compras.bahia@fiocruz.br.).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<https://www.bahia.fiocruz.br/>].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.2. Anexo II - Termo de Concordância

16.11.2. Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III - Termo de Comodato;

Salvador, janeiro de 2026

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VALDEYER GALVAO DOS REIS**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 11:20:34.*

**ADRIANA DA SILVA MENDES VENTURA**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 13:35:23.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR254422\_000056\_2025 (1).pdf (272.17 KB)
- Anexo II - ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 90009-2025.pdf (191.86 KB)
- Anexo III - ANEXO III - TERMO DE COMODATO (1) (1).pdf (55.08 KB)
- Anexo IV - PORTARIA COGEAD 185\_2024 (1) (1) (1) (1).pdf (104.68 KB)

CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ - FIOCRUZ

Termo de Referência 56/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

56/2025

254422-CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ - FIOCRUZ

VITOR VALERIO MAFFILI

30/01/2026 10:02 (v 0.18)

Status

DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

25383.000200/2025-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de uso em biotério, ração animal e domissaneante/saneante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM DO BEM OFERTADO	DESCRIÇÃO DETALHADA DO BEM	COD. CATMAT	MARCA/ FABRICANTE/ MODELO/ REFERÊNCIA	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL A SER COTADA
ITEM 1 - SANEANTES/DOMISSANEANTES - SUJEITO AO CONTROLE DA ANVISA – REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA DO M.S.  (ATENTAR PARA DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA NESTE TERMO PARA O ITEM)					
1	ÁCIDO PERACÉTICO COM INIBIDOR DE CORROSÃO DOSAGEM MÍNIMO DE 0,2%, FORMA FÍSICA SOLUÇÃO AQUOSA. FORNECER FRASCO DE 1 LITRO. MARCAS: LIFEMED, PEROXIDOS BRASIL, PERAX RIO OU SIMILAR	348040		LITRO	50
2	ALCOÔMETRO, VIDRO, GAY LUSSAC, 0 A 20 °C, CALIBRADO, COM TERMÔMETRO	408551		UNIDADE	3
3	ARAMADO EM AÇO INOX AISI 304 (ELETROPOLIDO) MALHA 0,5CM COM 21 FIOS DE ARAME PARALELOS, COM COMEDOURO EMBUTIDO EM V COM LATERAIS TRIANGULARES FIXAS E DIVISORIA INTERNA BASCULANTE PARA SEPARAR O COMEDOURO DO BEBEDOURO. O ARAMADO DEVER&AACUTE; ENCAIXAR	151059		UNIDADE	150

	PERFEITAMENTE NA BASE DO MINISOLADOR DA MARCA ALESCO, MODELO ALEMIL.01.04.				
4	ARAMADO EM AÇO INOX AISI 304 (ELETROPOLIDO) MALHA 0,5CM COM 21 FIOS DE ARAME PARALELOS, COM COMEDOURO EMBUTIDO EM V COM LATERAIS TRIANGULARES FIXAS E DIVISORIA INTERNA BASCULANTE PARA SEPARAR O COMEDOURO DO BEBEDOURO. O ARAMADO DEVERÁ ENCAIXAR PERFEITAMENTE NA BASE DO MINISOLADOR DA MARCA ALESCO, MODELO ALEMIL.01.05.	15.1059		UNIDADE	100
<p style="text-align: center;"><b>ITEM 5 - PRODUTO CORRELATO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>- SUJEITO AO CONTROLE DA ANVISA – REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA DO M.S.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>- CERTIFICADO DE APROVAÇÃO JUNTO AO M.T.E.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>- CERTIFICADO DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIOLÓGICA BFE MÍNIMA DE 90%.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>(ATENTAR PARA DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA NESTE TERMO PARA O ITEM)</b></p>					
5	AVENTAL DE PROCEDIMENTO CLINICO E AMBULATORIAL, NÃO CIRÚRGICO, NÃO ESTÉRIL, DE USO ÚNICO, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, ERGONÔMICO, BAIXA LIBERAÇÃO DE PARTÍCULA, BAIXA PERMEABILIDADE, PRODUZIDO EM TECIDO NÃO TECIDO SMS (SPUNBOND-MELTBLOW-SPUNBOND), FRENTE FECHADA, ABERTURA PARA AS COSTAS , GOLA REDONDA RENTE AO PESCOÇO COM FECHAMENTO SUPERIOR NAS COSTAS ATRAVÉS DE TIRAS , COM FAIXA PRESA NA CINTURA, COM PONTO DE FIXAÇÃO NA FRENTE PARA FECHAMENTO NAS COSTAS, COM LARGURA ENTRE 1,40M E 1,60M (CONSIDERANDO FRENTE E COSTAS/ LARGURA TOTAL), COMPRIMENTO ABAIXO DO JOELHO DE NO MÍNIMO DE 1,20M, COM MANGAS LONGAS E PUNHO EM LÁTEX, GRAMATURA MÍNIMA DE 40G/M² E MÁXIMA DE 50G /M², COR AZUL. FORNECER EM PACOTES COM 10 OU 20 UNIDADES. APRESENTAR CERTIFICADO DE EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIOLÓGICA BFE MÍNIMA DE 90%. MARCAS BRASILINE, DESCARPACK OU DE MELHOR QUALIDADE.	481513		UNIDADE	5000
	BALANÇA ELETRÔNICA COM ESTRUTURA EM DUPLA CAIXA, MATERIAL RESISTENTE A QUÍMICOS, CAPELA DE VIDRO COM 3 PORTAS DESLIZANTES, TECLADO ERGONÔMICO, DISPLAY LCD, CALIBRAÇÃO INTERNA				

6	AUTOMÁTICA, CAPACIDADE MÁXIMA APROXIMADA DE 210G E RESOLUÇÃO DE 0,0001G, TAMANHO APROXIMADO DE 345X215X345MM (CXLXA), PRATO INOX DE 8CM, BIVOLT AUTOMÁTICO 110-230VAC, 50 /60HZ; OUTPUT 24V 500MA, 13VA, CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO INMETRO. ACOMPANHA CAPA PLÁSTICA E CABO(S). GARANTIA CONFORME FABRICANTE.	0440796		UNIDADE	1
7	BEBEDOURO EM POLISULFONA AUTOTACLÁVEL, INQUEBRÁVEL E RESISTENTES A ÁCIDOS, COM CAPACIDADE PARA 750ML,FORMATO QUADRADO, PARA MNI-ISOLADOR DA MARCA ALESCO, MOD. ALEMIL 01.0	151059		UNIDADE	500
8	BEBEDOURO EM POLISULFONA, PARA UTILIZAÇÃO NOS MINI-ISOLADORES DE CAMUNDONGOS, FABRICADO COM PROCESSO DE PRÉ FORMA INJETADO E SOPRO POSTERIOR, INQUEBRÁVEL, RESISTENTE A ÁCIDOS, FORMATO QUADRADO COM VEDAÇÃO COM ANEL ORING DE SILICONE NA COR AZUL ATÓXICA E ANTIÁCIDA, COM CAPACIDADE PARA 400ML, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE TAMPA DE AÇO INOX 304 COM BICO DE 47,5 MM.MEDIDAS APROXIMADAS DO CORPO: ALTURA 13 CM, COMPRIMENTO E LARGURA 8 CM. MARCA ALESCO OU SIMILAR	418867		UNIDADE	1000
9	BICO PARA INJEÇÃO DE AR EM RACKS VENTILADOS ALESCO, COMPATÍVEL COM OS MODELOS DAS LINHAS AL1 E AL2. BICO CONFECCIONADO EM SILICONE E COM PIGMENTAÇÃO AZUL, COMPRIMENTO: 38 MM.	237713		UNIDADE	300
10	CAIXA DE MINISOLADOR PARA CAMUNDONGOS (SOMENTE BASE) PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVAVEL E RESISTENTE A ACIDOS, NAS MEDIDA DE 31,0CM DE COMPRIMENTO, 20,0CM DE LARGURA E 13,0CM DE ALTURA COM VALVULA PARA A INJEÇÃO DE AR EM AÇO INOX. A CAIXA PARA GAIOLA DEVE SER COMPATIVEL COM A ESTANTE VENTILADA DO TIPO RACK DA EMPRESA ALESCO, MODELO ALERK-D-128.	452599		UNIDADE	1000
11	CAIXA DE MINISOLADOR PARA HAMSTER (SOMENTE BASE) PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVÁVEL E RESISTENTE A ÁCIDOS, NAS MEDIDAS DE 37,2CM DE COMPRIMENTO, 24,3CM DE LARGURA E 19,0CM DE ALTURA COM VÁLVULA PARA A INJEÇÃO DE AR EM AÇO INOX. A CAIXA PARA GAIOLA DEVE	452599		UNIDADE	500

	SER COMPATÍVEL COM A ESTANTE VENTILADA DO TIPO RACK DA EMPRESA ALESCO, MODELO ALERKD-84				
12	CAIXA DE MINISOLADOR PARA RATOS (SOMENTE BASE) PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVÁVEL E RESISTENTE A ÁCIDOS, NAS MEDIDAS DE 48,7CM DE COMPRIMENTO, 33,2CM DE LARGURA E 21,1CM DE ALTURA COM VÁLVULA PARA A INJEÇÃO DE AR EM AÇO INOX. A CAIXA PARA GAIOLA DEVE SER COMPATÍVEL COM A ESTANTE VENTILADA DO TIPO RACK DA EMPRESA ALESCO, MODELO ALERK-D-G-50	473707		UNIDADE	100
13	CAIXA DE POLIPROPILENO COM MEDIDAS DE 30CM DE COMPRIMENTO X 19CM - 20CM LARGURA X 12CM - 13CM DE ALTURA. AS CAIXAS DEVERÃO SER RESISTENTES A AUTOCLAVAÇÃO, ÁCIDOS E SANITIZANTES TÍPICOS. DEVERÃO SER EMPILHÁVEIS PARA FACILITAR O EMPILHAMENTO.	406406		UNIDADE	200
14	CAIXA DE POLIPROPILENO INQUEBRÁVEL PARA HAMSTER E RATOS COM MEDIDAS DE 41 X 34 X 16 CM. AS CAIXAS DEVERÃO SER RESISTENTES A AUTOCLAVAÇÃO, ÁCIDOS E SANITIZANTES TÍPICOS. DEVERÃO SER EMPILHÁVEIS PARA FACILITAR O EMPILHAMENTO E POSSUIR EXTRATORES LATERAIS REFORÇADOS PARA O MANUSEIO.	406406		UNIDADE	200
15	CALHA PARA RACK DE CAMUNDONGO DA MARCA ALESCO, MODELO VENTILIFE.	196910		UNIDADE	250
16	CALHA PARA RACK VENTILADO MULTI-ESPÉCIE DA MARCA ALESCO, LINHAS VENTILIFE E ALESCO BASIC, COMPATÍVEL COM OS MODELOS 001, 010, 2929 E 2928.	479196		UNIDADE	250
17	CAMA ABSORVENTE SECA E PENEIRADA, SELECIONADA DE FIBRAS NATURAIS PROVENIENTE DA MADEIRA ABETO (SPRUCE). A MADEIRA DEVERÁ SER DO TIPO ECOLÓGICA E DE FONTE RENOVÁVEL. A Cama deverá ter as seguintes características: cor predominantemente bege, sem odor, sem pó, estrutura fibrosa, tamanho das partículas entre 2 a 4 milímetros, densidade entre 70 a 150 g/l, valor de pH entre 4,5 a 6,5, absorção de água de 370% em no máximo cinco segundos. O produto deverá ser fornecido em saco autoclavável, devidamente etiquetado com todas as informações,	438718		QUILO	6000

	INCLUINDO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO E NÚMERO DO LOTE DE FABRICAÇÃO. UNIDADE KILOGRAMA.				
18	COMPRESSOR DE AR, PRESSAO MAXIMA 175, POTENCIA MOTOR 5, VAZAO 566, TENSAO 220/380, POTENCIA 3,70, APLICAÇÃO SISTEMA DE AR COMPRIMIDO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS PARTIDA POR COMANDO ELETRICO, CAPACIDADE TANQUE 250L	291507		UNIDADE	1
19	CONTENSOR PARA CAMUNDONGO CONFECCIONADO EM ACRÍLICO CRISTAL DE 4MM PARA ANIMAIS DE 0 A 50 GRAMAS COM MEDIDAS INTERNAS EM MM DE 25 DE ALTURA X 25 DE LARGURA X 100 DE COMPRIMENTO. O PRODUTO DEVERÁ TER A FRENTE E A TRASEIRAS REMOVÍVEIS, FUROS LATERAIS PARA ENTRADA DE AR, SISTEMA DE TRAVAMENTO E PÉS ANTIADERENTES .	617475		UNIDADE	4
20	CONTENSOR PARA RATO CONFECCIONADO EM ACRÍLICO CRISTAL DE 4MM PARA ANIMAIS DE 0 A 350 GRAMAS COM MEDIDAS INTERNAS EM MM DE 43 DE ALTURA X 53 DE LARGURA X 205 DE COMPRIMENTO. O PRODUTO DEVERÁ TER A FRENTE E A TRASEIRAS REMOVÍVEIS, FUROS LATERAIS PARA ENTRADA DE AR, SISTEMA DE TRAVAMENTO E PÉS ANTIADERENTES.	617476		UNIDADE	2
21	CONTENSOR PARA RATO CONFECCIONADO EM ACRÍLICO CRISTAL DE 4MM PARA ANIMAIS DE 0 A 500 GRAMAS COM MEDIDAS INTERNAS EM MM DE 63 DE ALTURA X 65 DE LARGURA X 235 DE COMPRIMENTO. O PRODUTO DEVERÁ TER A FRENTE E A TRASEIRAS REMOVÍVEIS, FUROS LATERAIS PARA ENTRADA DE AR, SISTEMA DE TRAVAMENTO E PÉS ANTIADERENTES.	617497		UNIDADE	2
<p style="text-align: center;"><b>ITENS 22, 24 e 25</b></p> <p><b>PRODUTO SANEANTE / DOMISSANENANTE - SUJEITO AO CONTROLE DA ANVISA – REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA DO M.S. - (ATENTAR PARA HABILITAÇÃO EXIGIDA NESTE TERMO PARA O ITEM)</b></p>					
22	DESINCRUSTANTE CALCARIO, NA FORMA LIQUIDA. CARACTERISTICAS FISICAS: DEVERA APRESENTAR PH A 1% NA FAIXA DE 1,8 A 3. CARACTERISITCAS QUIMICAS: O PRODUTO DEVERA APRESENTAR COMO TENSOATIVO NAO IONICO, A AMINA GRAXA DE COCO; COMO	453374		EMBALAGEM	100



	ACIDULANTE, O ACIDO FOSFORICO. EMBALAGEM: UNIDADE/GALAO DE 5 LITROS				
23	DESINFETANTE VETERINARIO EM PO - VIRKON S - COTAR EM GRAMAS.	419970		GRAMA	162000
24	DESINFETANTE, A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO, TEOR ATIVO ENTRE 2,5% E 3,5%, SOLUÇÃO AQUOSA CONCENTRADA, SEM AROMA. FORNECER EM GALAO 5 LITROS. <b>ACOMPANHADO DE DOSADOR AUTOMATICO.</b>	408763		UNIDADE	90
25	DETERGENTE SOLIDO ALCALINO, COMPOSIÇÃO HIDROXIDO DE SODIO, TENSOATIVO NAO IONICO, PH: 12,5 A 13,5, APRESENTAÇÃO EM CAPSULAS DE QUATRO QUILOS. <b>ACOMPANHADO DE DOSADOR AUTOMATICO</b> E POSSUIR NA SUA COMPOSIÇÃO DO TENSOATIVO NAO IONICO ALCOOL LAURILICO ETOXILADO 7 EO.	373123		QUILO	300
26	DISCO PARA FORMAÇÃO DE NINHOS DE CAMUNDONGOS EM FORMATO CIRCULAR, PRODUZIDO EM PAPEL DO TIPO “KRAFT” COM PESO APROXIMADO DE 4 GRAMAS. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO EM EMBALAGEM DE 3200 UNIDADES. COTAR A UNIDADE DO DISCO.	473252		UNIDADE	12800
27	ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PRODUZIDO TOTALMENTE EM CELULOSE NA COR BRANCA COM FORMATO CILÍNDRICO. O PRODUTO DEVE TER MEDIDAS DE APROXIMADAMENTE 4 MILÍMETROS DE DIÂMETRO E 20 CENTÍMETROS. DEVERÁ SER FORNECIDO EM PACOTE COM 100 UNIDADES E SER IRRADIADO.	473252		PACOTE	700
28	ESCADA HOSPITALAR, MATERIAL TUBOS REDONDOS DE AÇO INOX AISI 304, NÚMERO DEGRAUS 2 DEGRAUS, REVESTIMENTO DEGRAUS PISO EM ALUMÍNIO REVESTIDO C /ANTIDERRAPANTE PRETO, DIMENSÃO ESCADA ALTURA DEGRAU 16,5CM, TOTAL 39CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PÉS COM PONTEIRA DE BORRACHA	361445		UNIDADE	8
29	FENO PARA ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PROVENIENTE DA MISTURA DAS GRAMÍNEAS TIFTON E COAST CROSS. O FENO DEVERÁ SER DESIDRATADO, PICADO EM TAMANHO QUE PODERÁ VARIAR DE 5 A 12 CENTÍMETROS. UNIDADE /PACOTE COM 50 GRAMAS CADA.	450381		UNIDADE	2000
30	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, MODELO ANEXO, COR AZUL, 1/0, PAPEL CARTOLINA, GRAMATURA 240, LETRAS PRETAS, MEDIDAS 76MM X 103 MM. (FICHA DE ESTOQUE	293702		UNIDADE	10000

	MACHO). COM IMPRESSAO. (MODELO NO BIOTÉRIO)				
31	FICHA DE IDENTIFICACO, MODELO ANEXO, COR ROSA, 1/0, PAPEL CARTOLINA, GRAMATURA 240, LETRAS PRETAS, MEDIDAS APROXIMADAS 76MM X 103 MM. (FICHA DE ESTOQUE FEMEA). COM IMPRESSAO.	293702		UNIDADE	10000
32	FILTRO DE ENTRADA CILINDRICO PARA ESTANTE VENTILADA DA MARCA ALESCO COM COMPRIMENTO DE 260MM E 5 POLEGADAS DE DIAMETRO. O PRE-FILTRO DEVERA SER FABRICADO EM ALUMINIO COM ROSCA DE NYLON. O FILTRO DEVERA TER GRAMATURA MINIMA DE 115 E EFICIENCIA MEDIA PARA PARTICULAS DE 3 A 7 MM DE 92%.	453617		UNIDADE	24
33	FILTRO DE ENTRADA DE AR PARA RACK VENTILADO DA MARCA ALESCO COM DIMENSOES DE 28,5X28,5X4CM (CXLXA). O FILTRO DEVERA SER DO TIPO HEPA COM ELEMENTO FILTRANTE A3 CONFORME ABNT-NBR6401. EFICIENCIA DE FILTRAGEM DE 99,97% PARA PARTICULAS DE 0,3 MICRONS.	453617		UNIDADE	30
34	FILTRO DE SAIDA CILINDRICO PARA ESTANTE RACK DA MARCA ALESCO COM COMPRIMENTO CERCA DE 200MM E 5 POLEGADAS DE DIAMETRO. O PRE-FILTRO DEVERA SER FABRICADO EM ALUMINIO COM ROSCA DE NYLON. O FILTRO DEVERA TER GRAMATURA MINIMA DE 115 E EFICIENCIA MEDIA PARA PARTICULAS DE 3 A 7 MM DE 92%.	453617		UNIDADE	30
35	FILTRO PARA MINI-ISOLADOR, SENDO QUE SEU ELEMENTO FILTRANTE DEVERA SER CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO OU POLIÉSTER. OS FILTROS DEVEM POSSUIR AS MEDIDAS DE 235 MM X 295 MM. ESTAS MEDIDAS DEVEM SER EXATAS, PERMITINDO O ENCAIXE PERFEITO NOS MINI-ISOLADORES DA MARCA ALESCO MODELO ALE.MIL.01.03.	453617		UNIDADE	10000
36	FORRAÇÃO PARA GAIOLA DE CAMUNDONGO, RATO E HAMSTER COMPOSTA POR MISTURA DE APROXIMADAMENTE 30% DE PINUS ELLIOTTE E 70% DE TAEDA. O MATERIAL DEVERÁ SER FORNECIDO COM GRANULOMETRIA PADRONIZADA COM ESPESSURA MÉDIA NÃO SUPERIOR A 0,2MM. A FORRAÇÃO DEVERÁ TER CAPACIDADE COMPROVADA DE ABSORÇÃO DE ÁGUA (C.A.) ENTRE 220 A 300%, AUSÊNCIA MACROSCÓPICA DE PÓ, LASCA DE	427369		QUILO	5000

	MADEIRA, FUNGOS MANCHADORES, FARPAS, BRITAS E OUTRAS IMPUREZAS QUE SEJAM INCONDIZENTES COM O BEM-ESTAR ANIMAL.				
37	INDICADOR BIOLÓGICO DE TERCEIRA GERAÇÃO DO TIPO AUTO-CONTIDO PARA MONITORAÇÃO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR A 121 0C, <b>COM CESSÃO DA INCUBADORA</b> (REGIME DE COMODATO). TEMPO DE RESPOSTA DO INDICADOR: DENTRO DE NO MÁXIMO 20 MINUTOS, POR MÉTODO DE FLUORESCÊNCIA. DEVERÁ VIR COMPOSTO DE UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E CALIBRADOS DE BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS, ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA, CONTENDO UMA AMPOLA DE VIDRO COM CALDO NUTRIENTE, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 2 ANOS. MARCAS: 3M, SISPACK OU SIMILAR.	624434		UNIDADE	1500
38	INTEGRADOR QUÍMICO INTERNO, CLASSE 5 (CLASSIFICAÇÃO ANSI /AAMI/ISO 11.140). DEVERÁ SER CONSTITUÍDO POR UMA PÍLULA QUÍMICA SENSÍVEL À TEMPERATURA E AO VAPOR. A SUBSTÂNCIA QUÍMICA PRESENTE NA PÍLULA DEVERÁ FUNDIR E MIGRAR COMO UM LÍQUIDO DE COLORAÇÃO ESCURECIDA E ESTA MIGRAÇÃO DEVERÁ SER VISÍVEL POR MEIO DE JANELA IDENTIFICADA CLARAMENTE ENTRE ACEITO OU REJEITADO.	0346860		UNIDADE	2000
39	JOGO DE FILTROS DE AR QUADRADOS PARA O RACK VENTILADO DA MARCA ALESCO, (KIT COM 4 PEÇAS) PARA UMA TROCA, SENDO 01 PREFILTRO GROSSO LAVÁVEL, 01 FILTRO DE ENTRADA, 01 FILTRO ABSOLUTO HEPa, E 01 FILTRO DE SAÍDA DE AR.O JOGO DE FILTRO DEVERÁ ENCAIXAR PERFEITAMENTE NA ESTANTE DA MARCA ALESCO. UNIDADE É O KIT COM 4 PEÇAS.	453617		UNIDADE	20
40	KIT REAGENTE PARA ANALISADOR HEMATOLÓGICO AUTOMÁTICO MODELO PE-7010 MARCA PROKAN CONTENDO BIOTON 20 LITROS, DIFF LYSE 300 MILILITROS E LH LYSE 100 MILILITROS. UNIDADE É O KIT COMPLETO.	422392		UNIDADE	12
	MESA AQUECEDORA, TIPO MANTA, ESTEREOTÁXICO, APLICAÇÃO CIRÚRGICA PARA RATOS E CAMUNDONGOS, ALIMENTAÇÃO 110/				

41	220 V, TEMPERATURA TEMPERATURA DE 25 A 40 °C. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 30 A 35 CM DE COMPRIMENTO, 20 A 25 CM DE LARGURA E 0,5 A 6 CM DE ALTURA.	368980		UNIDADE	2
42	PAINEL PARA ESTANTE RACK DA MARCA ALESCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO NAVAL COM PINTURA, LED INDICADOR DE ALIMENTAÇÃO DO CIRCUITO, MONITORAMENTO DA SATURAÇÃO DOS FILTROS COM INDICAÇÃO PROGRESSIVA DE LEDS, SISTEMA ELETRÔNICO INTELIGENTE QUE MANTÉM O VALOR CONSTANTE DE 20 TROCAS DE AR/HORA DENTRO DE CADA MINI-ISOLADOR, MESMO COM A PROGRESSIVA OBSTRUÇÃO DOS FILTROS, BIVOLT AUTOMÁTICO E POTÊNCIA MÁXIMA: 80 W.	0123480		UNIDADE	10
43	PLACA LABORATORIO, MATERIAL PLASTICO, COMPRIMENTO 100, LARGURA 75, TIPO USO CONTAGEM AEROBIOS MESOFILOS, TIPO PETRIFILM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS SISTEMA FILME DUPLA CAMADA / PETRIFILM AC. MARCA 3M.	414871		UNIDADE	1000
44	PLACA LABORATORIO, MATERIAL PLASTICO, COMPRIMENTO 100, LARGURA 75, TIPO USO CONTAGEM BOLORES E LEVEDURAS, TIPO PETRIFILM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS SISTEMA FILME DUPLA CAMADA / PETRIFILM YM. MARCA 3M.	414871		UNIDADE	1000
45	PORTA FOLHETO A4 EM ACRÍLICO PARA PAREDE 30 X 21 X 3, MODELO BOLSA, POSIÇÃO VERTICAL. DISPLAY PARA PRONTUÁRIO EM ACRÍLICO. PEÇA ÚNICA EM COLAGEM, UTILIZANDO APENAS DOBRAS. COM POLÍMERO NAS BORDAS. COR: CRISTA. POSSUI FURAÇÃO PARA UTILIZAR PARAFUSOS NA FIXAÇÃO EM PAREDE.	615509		UNIDADE	50
46	PORTA-ETIQUETAS FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO AUTOCLAVAVEL NA COR AZUL PARA COLOCAÇÃO DE ETIQUETAS NO TAMANHO DE 10,5 CM LARGURA X 8,0 CM ALTURA.	312640		UNIDADE	1000
47	PRE-FILTRO DE ENTRADA PARA ESTANTE RACK DA MARCA ALESCO. ESTRUTURA FABRICADA EM ALUMINIO COM DIMENSOES CERCA DE 28,5X28,5X4CM (CXLXA). O PRE-FILTRO DEVERA SER FABRICADO EM ALUMINIO COM ROSCA DE NYLON. O FILTRO DEVERA TER GRAMATURA	453617		UNIDADE	20

	MINIMA DE 115 E EFICIENCIA MEDIA PARA PARTICULAS DE 3 A 7 MM DE 92%.				
48	<p>RAÇÃO AUTOCLAVÁVEL PARA CAMUNDONGOS, RATOS E HAMSTER DE LABORATÓRIO, ACONDICIONADA EM SACOS DE 20KG COM 06 MESES DE VALIDADE. MARCA NUVILAB CR 1 AUTOCLAVÁVEL. COMPOSTA DE: MILHO INTEGRAL MOÍDO, FARELO DE SOJA, FARELO DE TRIGO, CARBONATO DE CÁLCIO, FOSFATO BICÁLCICO, CLORETO DE SÓDIO (SAL COMUM), VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA E, VITAMINA K3, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA B6, VITAMINA B12, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO DE FERRO, MONÓXIDO DE MANGANÊS, ÓXIDO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODATO DE CÁLCIO, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, LISINA, METIONINA, BHT. E SUPLEMENTAÇÃO POR QUILO, NÃO MENOR QUE: VITAMINAS: VITAMINA A (MÍN) 25.500 UI/KG; VITAMINA D3 (MÍN) 2.100 UI/KG; VITAMINA E (MÍN) 60 UI/KG; VITAMINA K3 (MÍN) 12,5 MG/KG; VITAMINA B1 (MÍN) 14,4 MG/KG; VITAMINA B2 (MÍN) 11 MG/KG; VITAMINA B6 (MÍN) 12 MG/KG; VITAMINA B12 (MÍN) 60 MCG/KG; NIACINA (MÍN) 60 MG/KG; ÁCIDO PANTOTÊNICO (MÍN) 112 MG/KG; ÁCIDO FÓLICO (MÍN) 6 MG/KG; BIOTINA (MÍN) 0,26 MG/KG; COLINA (MÍN) 2.400 MG/KG. MINERAIS: SÓDIO (MÍN) 2.700 MG/KG; FERRO (MÍN) 50 MG/KG; MANGANÊS (MÍN) 60 MG/KG; ZINCO (MÍN) 60 MG/KG; COBRE (MÍN) 10 MG/KG; IODO (MÍN) 2 MG/KG; SELÊNIO (MÍN) 0,05 MG/KG, COBALTO (MÍN) 1,5 MG/KG, FLÚOR (MAX) 80 MG/KG. AMINOÁCIDOS: LISINA (MÍN) 14 G/KG; METIONINA (MÍN) 5.000 MG/KG. ADITIVOS: BHT 100 MG/KG. PELLET MEDINDO DE 15 A 16 MM DE DIÂMETRO, 30 A 40 MM DE COMPRIMENTO, ALTO GRAU DE COMPACTAÇÃO RESISTENTE AO MANEJO EVITANDO FRAGMENTAÇÃO</p>	311337		QUILO	10000
	<p>RAÇÃO DO TIPO COMERCIAL SUPER PREMIUM PARA CAES, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE TER OS SEGUINTE CONSTITUINTES EM SUA COMPOSIÇÃO: - FARINHA DE VISCERAS DE FRANGO - MILHO MOÍDO - QUIRERA DE ARROZ - GORDURA DE FRANGO - GORDURA DE SUINO - POLPA DE BETERRABA - PROTEÍNA ISOLADA DE SUINO - SUBPRODUTOS DE CERVEJARIA -</p>				

49	MOS OU FOS E COM OS SEGUINTE NIVEIS DE GARANTIA PROTEINA BRUTA MINIMA DE 23% EXTRATO ETEREO MINIMO DE 12% MATERIA MINERAL MAXIMA DE 7% MATERIA FIBROSA MAXIMA DE 3% UMIDADE MAXIMA DE 12% ACIDO LINOLEICO (OMEGA 6) MAXIMO DE 3,0% OMEGA 3 MAXIMO DE 0,4% A RAÇÃO DEVERA SER EMBALADAS EM EMBALAGEM DO TIPO PLASTICA FLEXIVEL METALIZADA EM SACO DE ATE 15 KG. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: - NUMERO DE REGISTRO DO ESTABELECIMENTO JUNTO AO MINISTERIO DA AGRICULTURA - PRAZO DE VALIDADE - CODIGO DE BARRAS - TER DESCRITO A INFORMAÇÃO DO FORNECEDOR DA EMBALAGEM. - PRAZO DE VALIDADE - NIVEIS DE GARANTIA - COMPOSIÇÃO BASICA DO PRODUTO - NIVEIS DE ENRIQUECIMENTO DA RAÇÃO - TELEFONE DE CONTATO DA EMPRESA - TABELA DE RECOMENDAÇÃO DIARIA DE CONSUMO - GUIA ALIMENTAR A RAÇÃO NAO DEVE CONTER FARELO DE SOJA COMO FONTE PROTEICA.	454130		QUILO	4000
50	RELÓGIO, PLÁSTICO, PAREDE, DIGITAL, BATERIA, MEDIDOR TEMPERATURA (°C), CALENDÁRIO (DIA, MÊS E ANO).	0312722		UNIDADE	10
<b>ITENS 51 e 52 – CORRELATO – SUJEITO AO CONTROLE DA ANVISA – REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA DO M.S. (ATENTAR PARA HABILITAÇÃO EXIGIDA NESTE TERMO PARA O ITEM)</b>					
51	ROLO DENTAL NÚMERO 2, CONFECCIONADOS COM FIBRAS 100% ALGODÃO, MACIO E ALTO PODER DE ABSORÇÃO. UNIDADE PACOTE COM 100 ROLOS.	407961		PACOTE	300
52	SAPATILHA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM 100% POLIPROPILENO COM GRAMATURA MÍNIMA 20 G/M2. FORMATO TIPO BOTA, COM ELÁSTICO EM TODA A SUA VOLTA. DIMENSÃO APROXIMADA 32 CM QUANDO ESTICADA, COM ABERTURA DE 24 CM NA PARTE SUPERIOR. NAS CORES VERDE OU AZUL. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	600278		EMBALAGEM	250
53	SEMENTE DE GIRASSOL COM CASCA IN – NATURA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O PRODUTO DEVERA VIR ESTÉRIL, EMBALADO E LACRADO COM ROTULAGEM DEMONSTRANDO A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	369290		GRAMA	100000
	SPRAY LUBRIFICANTE AEROSOL INCOLOR A BASE DE SILICONE				

54	PARA USO EM TEMPERATURAS DE ATE 200 GRAUS CELSIUS - 300 ML	0051/2025		TUBO	100
55	SUPORTE PARA SORO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: REGULAGEM DE ALTURA, COLUNA EM TUBO DE AÇO INOX COM POLIMENTO DE ALTO BRILHO, BASE EM QUADRIPE COM RODÍZIOS CONFECCIONADO EM AÇO INOX, POSSUIR QUATRO GANCHOS CONFECCIONADO EM INOX, DEVERÁ TER ALTURA MÍNIMA DE 105CM E MÁXIMA DE 220CM.	434686		UNIDADE	3
56	TAMPA (TOP FILTER) PARA MINISOLADOR DE CAMUNDONGOS PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVÁVEL, SEM O TOP FILTER (BASTIDORES). A TAMPA DEVERÁ ENCAIXAR PERFEITAMENTE NA BASE DO MINISOLADOR DA MARCA ALESCO, MODELO ALEMIL.01.03.	467647		UNIDADE	500
57	TAMPA (TOP FILTER) PARA MINISOLADOR DE HAMSTER PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVÁVEL E RESISTENTE A ÁCIDOS, SEM TOP FILTER (BASTIDORES) CONFECCIONADOS EM POLISULFONA, FILTRO E FECHO DE SEGURANÇA PARA UNIÃO COM A PARTE INFERIOR DO MINISOLADOR. A TAMPA DEVERÁ ENCAIXAR PERFEITAMENTE NA BASE DO MINISOLADOR DA MARCA ALESCO, MODELO ALEMIL.01.04.	467647		UNIDADE	300
58	TAMPA (TOP FILTER) PARA MINISOLADOR DE RATOS PRODUZIDA EM POLISSULFONA, AUTOCLAVÁVEL E RESISTENTE A ÁCIDOS, NAS MEDIDAS DE: 49,5CM COMPRIMENTO X 34,0CM LARGURA, SEM TOP FILTER (BASTIDORES) CONFECCIONADOS EM POLISULFONA, FILTRO E FECHO DE SEGURANÇA PARA UNIÃO COM A PARTE INFERIOR DO MINISOLADOR. A TAMPA DEVERÁ ENCAIXAR PERFEITAMENTE NA BASE DO MINISOLADOR DA MARCA ALESCO, MODELO ALEMIL.01.05.	467647		UNIDADE	100
59	TESTE QUIMICO BOWIE & DICK EM PACOTE PRONTO USO PARA AUTOCLAVE A VAPOR PARA TEMPERATURAS DE 121 E 134 GRAUS. O PACOTE DEVERA CONTER INDICADOR ESPECIFICO PARA DETECTAR ANTECIPADAMENTE PROBLEMAS NA BOMBA DE VACUO. MARCAS: 3M, NAMSA OU SIMILARES.	340924		UNIDADE	120
	TUBO DE PAPELÃO. ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA RECREAÇÃO DE				

60	CAMUNDONGOS, PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA E CILINDRICA, MULTIFOLIADA, COM PAPELAO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO BASE DE PREPARO -FECULA DE MANDIOCA, DIAMETRO INTERNO 50,0- 60,0 MM, ESPESSURA:1,5-2,0 MM, COMPRIMENTO 120,0- 150,0 MM. FABRICADO COM MATERIAIS ATOXICOS. COTAR A UNIDADE DO TUBO.	473252		UNIDADE	16200
61	TUBO DE PAPELÃO. ENRIQUECIMENTO AMBIENTAL PARA RECREAÇÃO DE HAMSTERS OU RATOS, PRODUZIDO DE FORMA ESPIRALADA E CILINDRICA, MULTIFOLIADA, COM PAPELAO TIPO MIOLO, UTILIZADO ADESIVO BASE DE PREPARO -FECULA DE MANDIOCA, DIÂMETRO INTERNO 90,0 - 100,0 MM, ESPESSURA: 2,0 - 3,0 MM, COMPRIMENTO 150,0 - 160,0MM. FABRICADO COM MATERIAIS ATÓXICOS. CAIXA COM 20UND. COTAR A UNIDADE.	473252		UNIDADE	4000
62	VÁLVULA PARA INJEÇÃO DE AR COMPLETA PARA MINI-ISOLADORES DA MARCA ALESCO, MODELO VENTILIFE. A VÁLVULA DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM NYLON E COM ANEL DE SILICONE. A VÁLVULA DEVERÁ SER ACOMPANHADA DE PARAFUSOS, MOLA E COPINHO EM AÇO INOX.	267434		UNIDADE	300

**1.2. As descrições dos itens da Tabela acima, são aquelas contidas no descritivo do CATMAT acrescidas das descrições complementares, quando se fizeram necessárias, apenas para que garantam que os itens ofertados atendam à necessidade técnica da Administração.**

**1.2.1. Em caso de divergência entre as descrições do CATMAT e do Termo de Referência, deverá ser considerada as descrições constantes deste Termo de Referência.**

1.3. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e demais documentos apensos aos autos do processo SEI.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.5. O prazo de vigência da contratação é de 40 (quarenta) dias, contados do pedido do IGM/FIOCRUZ, informado no subitem 5.1. deste Termo, a ser enviado pelo SEFIC, para o e-mail do fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do processo SEI.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do processo SEI.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada e sustentável, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1. Os produtos quando do uso, não devem deixar resíduos prejudiciais à saúde dos animais nem dos técnicos que trabalham no Biotério do IGM.

4.2. Que quando for o caso, os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3. Que o bem cama absorvente seja constituído, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável e oriundo de madeira de reflorestamento, quando aplicável.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.4. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos autos do processo SEI.

4.4.1. MARCAS: BRASILINE, DESCARPACK OU DE MELHOR QUALIDADE, VIRKON S, NUVILAB CR1 e 3M (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.4.2. MARCAS COM SIMILARIDADE – LIFEMED, PEROXIDOS BRASIL, PERAX RIO OU SIMILAR, 3M, SISPACK OU SIMILAR.

4.4.3. O kit reagente deve ser fabricado pela Prokan, a fim de assegurar total compatibilidade com o equipamento, Prokan PE-7010VET, sem necessidade de calibrações adicionais, adaptações manuais ou alterações nos parâmetros originais do fabricante.

4.5. Da justificativa de marcas

4.5.1. Ração Nuvilab CR-1 da fabricante Quintia

A presente justificativa tem como objetivo respaldar tecnicamente a aquisição da ração Nuvilab, fabricada pela empresa Quintia, para alimentação de camundongos, ratos e hamsters utilizados em protocolos experimentais e rotinas de manutenção do Biotério do Instituto Gonçalo Moniz – Fundação Oswaldo Cruz (IGM/Fiocruz), com a indicação clara e indispensável da marca e modelo como condição essencial à execução satisfatória das atividades-fim da unidade.

## Finalidade do Item

A ração Nuvilab tem como finalidade alimentar e garantir o bem-estar nutricional de roedores de laboratório (*Mus musculus*, *Rattus norvegicus* e *Mesocricetus auratus*) utilizados em experimentos científicos, colônias de manutenção, criação e reprodução. A nutrição adequada e padronizada é condição inegociável para a reprodutibilidade dos dados científicos, integridade dos protocolos e atendimento às normas de bem-estar animal estabelecidas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), pelas Boas Práticas de Laboratório (BPL) e pela Fiocruz.

### Justificativa da Indicação de Marca: Nuvilab (Quintia)

A ração Nuvilab, da fabricante Quintia, é a única disponível no mercado nacional que apresenta todas as seguintes características técnicas e funcionais simultaneamente, as quais são imprescindíveis para o atendimento das atividades científicas e operacionais desenvolvidas no Biotério do IGM:

#### a) Formulação padronizada com controle lote a lote

A ração Nuvilab apresenta formulação quimicamente definida e controlada, com análise bromatológica completa disponibilizada em cada lote, permitindo rastreabilidade e padronização de experimentos, o que é indispensável para validação científica de estudos in vivo.

#### b) Ausência comprovada de agentes contaminantes microbiológicos e químicos

A ração é fabricada sob rígido controle de qualidade, livre de micotoxinas, contaminantes químicos, antibióticos e agentes infecciosos, atendendo aos critérios de biossegurança exigidos para laboratórios de experimentação animal de nível SPF (Specific Pathogen Free).

#### c) Apresentação física em forma extrusada homogênea

A apresentação da Nuvilab é uniforme em tamanho, textura e dureza, o que evita o acúmulo de pó, reduz a perda de alimento no comedouro, melhora a aceitação pelos animais e permite o manuseio padronizado pelos técnicos do biotério, favorecendo a sanidade e bem-estar dos animais.

#### d) Estabilidade nutricional garantida

A composição da Nuvilab garante estabilidade de macro e micronutrientes durante todo o prazo de validade, o que é fundamental para manter o desempenho reprodutivo e o perfil fisiológico esperado dos animais ao longo dos experimentos.

#### e) Registro e conformidade com o MAPA e demais exigências legais

Produto registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atendendo à legislação brasileira para alimentação animal e aos protocolos internos da Fiocruz.

#### f) Histórico de uso consolidado em protocolos Fiocruz e reprodutibilidade científica

A ração Nuvilab é a única utilizada nos protocolos científicos conduzidos pelo Biotério do IGM há mais de uma década, sendo parte integrante de linhas experimentais em andamento, inclusive em ensaios pré-clínicos com camundongos geneticamente modificados, modelos de infecção parasitária, imunologia e oncologia. A substituição da dieta neste momento comprometeria a continuidade, confiabilidade e validade estatística dos estudos já aprovados por comitês de ética e agências de fomento.

### Razões pelas quais outras marcas não atendem às necessidades

As demais rações disponíveis no mercado nacional não apresentam simultaneamente os critérios técnicos acima descritos, sobretudo no que diz respeito à rastreabilidade analítica por lote, controle microbiológico e composição nutricional validada para experimentação biomédica com alto grau de exigência sanitária.

Além disso, a mudança de dieta implicaria em violações dos protocolos de pesquisa em curso, exigindo nova validação experimental, adaptação dos animais, reavaliação ética e científica, com impacto negativo direto sobre prazos, recursos financeiros e integridade científica dos projetos da Fundação.

### Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição da ração Nuvilab, da fabricante Quintia, é tecnicamente indispensável, sendo o único produto capaz de atender de forma plena e segura às exigências científicas, sanitárias e operacionais do Biotério. A

indicação da marca e modelo justifica-se por necessidade técnica concreta e objetiva, sem possibilidade de substituição por produto similar, e em observância aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

#### 4.5.2. Desinfetante Virkon

O Virkon™ S é um desinfetante de referência internacionalmente reconhecido e regulamentado para o uso em biotérios e ambientes de pesquisa que envolvem animais de laboratório. Trata-se de produto com eficácia comprovada contra ampla gama de agentes microbiológicos, incluindo vírus, bactérias, fungos e esporos, atendendo às recomendações de organismos internacionais como FELASA (Federation of European Laboratory Animal Science Associations) e às diretrizes nacionais estabelecidas pelo CONCEA.

No contexto do Biotério, a adoção do Virkon™ S não se configura como mera opção, mas como necessidade técnica imprescindível, pois:

- Eficácia validada e exclusiva: O Virkon™ S é o único produto com validação científica robusta e reconhecimento global para desinfecção em biotérios, com eficácia comprovada inclusive em condições de alta carga orgânica, onde outros desinfetantes perdem desempenho.
- Segurança para animais e ambiente: Ao contrário de outros produtos, o Virkon™ S apresenta toxicidade controlada e compatibilidade com a manutenção do bem-estar animal, não liberando resíduos nocivos ou odores persistentes que possam impactar os animais de experimentação.
- Confiabilidade sanitária: O uso do Virkon™ S é condição essencial para garantir barreiras sanitárias rígidas no biotério, reduzindo riscos de contaminação cruzada, surtos infecciosos e comprometimento de linhagens experimentais, o que poderia gerar prejuízos científicos e financeiros irreversíveis.
- Atendimento às normas de biossegurança: A utilização do produto atende às exigências de biossegurança aplicáveis às instalações de uso e criação de animais, estando alinhada ao Plano de Gestão de Riscos e ao Plano de Logística Sustentável da Fiocruz, uma vez que possui formulação biodegradável e de menor impacto ambiental quando comparado a outros desinfetantes.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição do Virkon™ S é insubstituível no escopo das atividades do Biotério, uma vez que somente este produto reúne, de forma exclusiva, os requisitos de eficácia, biossegurança, compatibilidade com o bem-estar animal e sustentabilidade necessários à manutenção das barreiras sanitárias.

Assim, justifica-se plenamente a contratação direta para aquisição do Virkon™ S, sob pena de grave risco à saúde animal, à qualidade das pesquisas desenvolvidas e ao cumprimento das normativas nacionais e internacionais vigentes.

#### 4.5.3. Placa Petrifilm AC e YM da fabricante 3M

A utilização das placas 3M™ Petrifilm™ AC (Aerobic Count) e YM (Yeast and Mold) justifica-se pela necessidade de monitoramento microbiológico rápido, confiável e padronizado em ambientes de pesquisa, controle de qualidade e biotérios. Esses meios de cultura prontos para uso oferecem vantagens técnicas significativas em relação aos métodos tradicionais em placas vertidas, contribuindo diretamente para a garantia da biossegurança, rastreabilidade dos resultados e cumprimento das normativas nacionais e internacionais.

As placas Petrifilm AC permitem a quantificação eficiente de bactérias aeróbias mesófilas, parâmetro essencial para avaliar a qualidade higiênico-sanitária de amostras, superfícies, insumos e água de processo. Já as placas Petrifilm YM possibilitam a detecção e contagem rápida de leveduras e bolores, microrganismos de relevância em análises ambientais e no monitoramento da integridade de insumos e produtos, especialmente pela sua capacidade de deterioração e potencial interferência em pesquisas experimentais.

Entre os principais benefícios do uso das placas Petrifilm destacam-se:

- Praticidade e padronização: eliminam a etapa de preparação de meios de cultura, garantindo uniformidade entre lotes e reduzindo riscos de falhas na manipulação;
- Rapidez e confiabilidade: permitem leituras em prazos reduzidos, com resultados comparáveis aos métodos oficiais reconhecidos por órgãos reguladores como ISO, AOAC e MAPA;
- Otimização de espaço e recursos: necessitam menor área de incubação e menos insumos auxiliares, otimizando o uso da infraestrutura laboratorial;
- Segurança e rastreabilidade: reduzem a manipulação de meios abertos e facilitam a documentação e a conferência dos resultados, atendendo às Boas Práticas de Laboratório (BPL) e normas de biossegurança aplicáveis;

- Reconhecimento normativo: são validadas por entidades nacionais e internacionais, sendo amplamente aceitas em auditorias e inspeções.

Importa destacar que as placas 3M™ Petrifilm™ AC e YM são atualmente as únicas disponíveis no mercado com tais características, reconhecimento internacional e validação oficial por órgãos reguladores, não havendo produtos concorrentes equivalentes que ofereçam o mesmo nível de padronização, praticidade e aceitação em auditorias. Tal condição de exclusividade reforça a adoção deste insumo como a solução tecnicamente mais adequada e segura para as análises microbiológicas demandadas pelo Biotério.

Assim, a utilização das placas 3M™ Petrifilm™ AC e YM representa solução tecnológica alinhada com as boas práticas de pesquisa e de controle de qualidade, assegurando maior eficiência operacional, reprodutibilidade dos resultados e conformidade com exigências regulatórias, além de contribuir para a redução de custos indiretos associados ao preparo de meios tradicionais.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não se aplica.

#### **Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme disposto no Artigo 96 da Lei 14133/21 por não se tratar de material de grande vulto, não se faz necessário.

#### **Margem de Preferência:**

4.8. Não se aplica para os bens listados no subitem 1.1.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.9. Não haverá reservas de cotas para ME e EPP.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30(trinta) dias, contado a partir do pedido do IGM/FIOCRUZ, quando enviado por e-mail pelo SEFIN, em REMESSA ÚNICA, a cada pedido formulado pela contratante, que será formulado sob NOTA DE EMPENHO, cujo recebimento deverá ser formalmente confirmado pela contratada no prazo de até 02(dois) dias.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. O(s) bem(ns) deverá(ão) ser entregue(s) no seguinte endereço: Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal - CEP 40296-710, Salvador – Bahia – no Serviço de Almoxarifado - Instituto Gonçalo Moniz – Contato: (71) 3176-2342; 3176-2268; 3176-2283; e-mail: seal-igm@fiocruz.br, no horário das 08:30 às 11:30h e das 13:30 às 16:30h - de segunda a sexta.

5.2.2. Os itens 24 e 25 deverão ser entregues acompanhados do DOSADOR AUTOMÁTICO e o item 37 da INCUBADORA.

5.2.2.1. O dosador automático e a incubadora será entregue e instalado no local indicado pelo Serviço de Almoxarifado, pela contratada às suas custas.

5.2.3. O prazo de validade do bem (dia/mês/ano), deverá vir em sua embalagem original, na data da entrega e não poderá ser inferior a 70% (setenta e cinco) por cento do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.2.4. O bem deverá vir na capacidade e embalagem original do fabricante, contendo no rótulo de modo legível a informação da composição, precaução e modo de uso, sem violação, vazamento e danificada, com informação do lote, data de fabricação e prazo de validade. Produto entregue com vazamento e com a embalagem danificada será recusado.

5.2.5. Caso o produto seja concentrado, deverá apresentar instruções claras de diluição, uso de descarte e preferencialmente acompanhado com medidor dosador acoplado na embalagem ou compatível e ainda a FISQP.

5.2.6. Para o bem domissaneante/sanante deverá vir na embalagem o número do registro na ANVISA e para o EPI o número do C.A. junto ao M.T.E.

5.2.7. Os domissanenantes/saneantes, devem possuir ação comprovada contra bactérias, fungos e vírus, com espectro de ação compatível com os ambientes do Biotério do IGM e ainda que não tenham odor excessivamente forte, de forma a não interferir no comportamento dos animais sensíveis a estímulos olfativos.

5.2.8. Domissanenante/sanenat, ser biodegradáveis, sempre que possível, não causar corrosão ou danos as estruturas dos equipamentos e ainda não tóxico e nem deixar resíduos prejudiciais à saúde dos animais mantidos no Biotério do IGM após o tempo de contato e secagem indicados pelo fabricante, bem como dos técnicos que trabalham no mesmo local.

5.2.9. A ração para cão deverá vir em embalagem do tipo plástica flexível metalizada, descrito a composição básica do produto - níveis de enriquecimento da ração e possuir número do registro do produto junto ao Ministério da Agricultura.

5.2.10. Os produtos Semente de girassol, Virkon S e as rações, deverão vir em sua embalagem original e com o número do registro junto ao Ministério da Agricultura.

5.2.11. O produto maravalha deverá ser fornecido em saco autoclavável, devidamente etiquetado com todas as informações, incluindo prazo de validade do produto e número do lote de fabricação e ainda acompanhado do laudo e/ou certificação técnica do produto.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3.1. Para os itens 06, 18, 28 e 41 o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 9(nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3.2. Para os demais itens o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.3.2.1. Manutenção do bem não se aplica.

5.3.3. A garantia para os itens 06, 18, 28 e 41, será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.4. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.3.5. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.3.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.3.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.3.10. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.3.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. Não se aplica

### **Fiscalização Técnica**

6.6. Não se aplica.

### **Fiscalização Administrativa**

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.10. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1 Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro

de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. Acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7.. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### **7.2.4. Multa.**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0.5 a 10 (cinco décimos a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20(vinte) dias de atraso.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 .Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e



julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e /ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Serão observados os termos a Portaria nº 185/2024-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, previstas na Lei 14.133/2021 art. 155 e 156 no âmbito da Fiocruz.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata (fiscais setoriais), responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 04 (quatro) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá por servidor(a) lotado(a) na unidade responsável pela emissão da nota de empenho, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório da nota fiscal ou instrumento e cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. Quando ocorrer as atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. O prazo de validade e de garantia;

8.10.2. A data da emissão;

8.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.19.1. A escolha do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA deve-se ao fato de ser um índice utilizado como referência para aplicação de multas em atrasos de pagamentos por instituições públicas por ser um indicador oficial da inflação no Brasil. Sua aplicação garante que o valor da multa seja ajustado de acordo com a variação de preços no mercado, mantendo o poder de compra. Dessa forma, ele reflete de maneira justa as perdas inflacionárias sofridas pelo credor devido ao atraso no pagamento.

#### **Forma de pagamento**

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

8.25. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8.26 a 8.31. Não se aplicam.

#### **Cessão de crédito**

##### **Reajuste**

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

8.33. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão IPCA (Índice Nacional de Preços ao reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Consumidor Amplo) de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.34. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.35. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.36. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.37. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.38. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.39. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNEC

### FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Poderá apresentar documentação atualizada do produto (folder e/ou catálogo) com a marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia do fabricante e manuais de instruções, para verificar se está acordo com esta especificação.

9.2. O fornecimento do objeto será integral mediante o quantitativo definido na nota de empenho.

### Exigências de Habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. Os itens são sujeitos a controle e fiscalização sanitária pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da Lei n.º 6.360/1976, regulamentada pelo Decreto n.º 8.077/2013, ensejam que sejam apresentados documentos específicos de acordo com a classe de produtos conforme lista no subitem 1.1.

9.13. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) **em nome da licitante**, concedida pelo Ministério da Saúde (ANVISA) aplicável para medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, produtos para saúde e saneantes/domissanenates.

9.13.1. A Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) será consultada pela pregoeira/equipe de apoio no endereço eletrônico da ANVISA durante a sessão de habilitação

9.13.1.1. Caso a consulta não seja possível de ser realizada pela pregoeira/equipe de apoio e/ou não ser encontrada no site da ANVISA a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), a pregoeira durante a sessão pública de habilitação, solicitará a licitante para anexar a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) em nome da licitante, no prazo indicado no Edital.

9.14. Ato de autorização em nome da licitante, para o exercício das atividades de fabricação, armazenamento e/ou expedição de produtos sujeitos ao controle da ANVISA – correlatos/domissanenates/saneante, em validade, conforme classificação na Tabela 1.1. deste Termo e nos termos do art. 2º da lei 6360/76 e RDC 16/2014 da ANVISA.

9.15. Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, em validade e em nome da licitante.

9.16. A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação técnica**

9.18. Não serão exigidos atestados de capacidade técnica que comprovem aptidão para o fornecimento, tendo em vista tratar-se de aquisição de pequeno vulto.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Salvador, janeiro de 2026

## 13. ANEXO I - REGRAS APLICÁVEIS

### ANEXO I

#### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

***(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)***

#### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de empenho) sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

#### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no item 1.5 do Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado na ata de registro de preços.

5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3.3. Indenizações e multas.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rio de Janeiro, Seção Judiciária de Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, .....(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência e demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica SRP nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... . (Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VITOR VALERIO MAFFILI**

Tecnologista em Saúde Pública



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 10:01:16.

Despacho: Técnico em Saúde Pública

**VALDOMIRO SILVEIRA MOITINHO JUNIOR**

Técnico em Saúde Pública



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 10:02:46.



## ANEXO II

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

#### INSTITUTO GONÇALO MONIZ – FIOCRUZ BAHIA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX

O INSTITUTO GONÇALO MONIZ – FIOCRUZ – BAHIA, que gerenciará a ata de registro de preços], com sede na Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal – Salvador Bahia – CEP 40296710, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0006-40, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da [licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no [Edital de licitação], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata, tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de xxxxxxxx especificado(s) no(s) item(ns) xxxxxxxx, do Termo de Referência – Anexo I – do Edital de Licitação – Pregão Eletrônico SRP nº XXXXXX/XXXX, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades total de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	DADOS DO FORNECEDOR					
	RAZÃO SOCIAL: :			CNPJ:		
	ENDEREÇO COMPLETO:					
	TELEFONE CELULAR:			E-MAIL NO SEI:		
	CONTATO DO REPRESENTANTE LEGAL:					
	DADOS BANCÁRIOS : BANCO:			AGENCIA:      CONTA CORRENTE:		
ITEM DO TR	ESPECIFICAÇÃO	MARCA /REF/MOD	UNID.	QUANT.	V.UNIT	V.TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Gonçalo Moniz – Fiocruz – Bahia.

3.2. Além do órgão gerenciador, (HÁ) ou não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, [poderá] ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA SRP**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:



8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3 a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10,1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e depois de lida e achada em ordem, assinada eletronicamente pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI pelas partes.

Local e data Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**PROCESSO No. 25383.000200/2025-01**

**ANEXO III**

**TERMO DE COMODATO**

**A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, com sede na Av. Brasil, nº 4.365, Campus Fiocruz, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0010-26, neste ato representada pelo Diretor do Instituto Gonçalo Moniz, situado na Rua Waldemar Falcão, 121 - Candeal – Salvador – Bahia, Valdeyer Galvão dos Rei, portador da matrícula funcional nº 1285852, nomeado pela Portaria de Pessoal GM/MS nº 600, de 18 de junho de 2025 do Ministro da Saúde, publicada no Diário Oficial da União n.º 134, de 18 de junho de 2025, doravante denominada **COMODATÁRIA** XXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF XXXXXXXX, sediada na XXXXXX CEP:XXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) **Sr.(a) xxxxxxxx**, seu **representante legal**, portador da matrícula funcional **xxxxx**, no uso das atribuições que lhe confere a procuração, doravante denominada **COMODANTE**, tem entre si justo e acertado o presente contrato de comodato, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 579 a 585, do Código Civil e Lei n.º 14.133/2021.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente comodato tem por objetivo a cessão, pelo **COMODANTE** de XXXXXXXXXXXX, conforme consta no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 9000CXXXXXXX/2025, sem ônus para Fiocruz.

**2. SUBCLÁUSULA PRIMEIRA**

O Termo de inventário dos bens ora cedidos pelo presente instrumento de comodato, identificando o estado de conservação dos mesmos, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

**3. CLÁUSULA SEGUNDA –DA DESTINAÇÃO E DO USO**

**O COMODATÁRIO SE OBRIGA A:**

- a) Usar e administrar o equipamento como se próprio fosse obrigando-se a mantê-lo em perfeitas condições de uso e conservação, até a sua efetiva restituição ao COMODANTE, não podendo, cedê-lo a qualquer título a terceiros se prévia autorização escrita do COMODANTE.
- b) Disponibilizar o local adequado para a instalação do equipamento do presente comodato, observadas as condições técnicas necessárias indicadas pela COMODANTE.
- c) Permitir que somente pessoas habilitadas tenham acesso ao uso e manuseio do equipamento sempre que necessário, verificando a observância das normas de utilização.
- d) O COMODATÁRIO deverá restituir os equipamentos ao término deste contrato.

**4. CLÁUSULA TERCEIRA – O COMODANTE SE OBRIGA**

- a) Responsabilizar-se pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva por meio de assistência técnica autorizada, dos bens e troca, caso necessário, mediante aviso por parte da COMODATÁRIA, no prazo máximo de 24 horas;
- b) Instalar e fornecer as condições técnicas e local para instalação do equipamento;
- c) Retirar o equipamento, objeto desse contrato, às expensas da comodante, ao fim do contrato.
- d) Oferecer garantia com vistas a manter os equipamentos cedidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

e) Corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos necessários.

f) As peças que apresentarem vício ou defeito deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

g) Realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do Biotério pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada, sem prejuízo do fornecimento dos produtos.

h) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

i) Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

j) Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

k) O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **5. CLÁUSULA QUARTA – DA POSSE**

Na hipótese do COMODATÁRIO sofrer qualquer turbação ou esbulho na posse dos bens objeto desde Comodato, deverá de imediato, comunicar o fato a COMODANTE.

## **6. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Termo de Comodato é de 12(doze) meses a partir de sua assinatura, sendo prorrogado automaticamente enquanto houver material em uso. Após o término do material, a cobertura contratual se mantém por até 30(trinta) dias, prazo para que a comodante retire o equipamento, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, de acordo com a proposta comercial referente à **Pregão Eletrônico SRP nº 900XXXXX/2025**, que independente de transcrição integra este Instrumento. A não retirada do equipamento dentro do prazo citado, isenta a COMODATÁRIA de responsabilização sobre o mesmo, podendo ocorrer, inclusive, o seu descarte.

## **PARÁGRAFO ÚNICO**

Este contrato poderá ser modificado por termo aditivo, sendo vedada a alteração do seu objeto.

## **7. CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

Em caso de inexecução, descumprimento total ou parcial deste contrato, a rescisão dar-se-á automaticamente, independente de notificação judicial ou extrajudicial. Em não havendo interesse na continuidade do comodato, ou seja, rescisão por iniciativa de uma das partes, esta deverá comunicar a outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **8. CLAUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

A divulgação deste instrumento será efetuada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet,

em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **0. CLAUSULA OITAVA – DO FORO**

Fica estabelecido que o foro para dirimir as questões não resolvidas na via administrativa será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro, por força de disposição Constitucional. E por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições, para firmeza e validade do pactuado, o presente instrumento depois de lida e achada em ordem, assinada, eletronicamente pelo Sistema Eletrônico de Informação – SEI pelas partes.

Salvador,

DIRETOR DO IGM/FIOCRUZ - BAHIA - AUTORIDADE COMPETENTE

COMODANTE

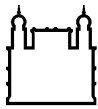
---

ASSINATURA DO COMODATÁRIO

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.

Responsáveis: Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



## **ANEXO VI DO EDITAL**

### **COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **PORTARIA Nº 185, de 10 de junho de 2024**

A Coordenadora Geral de Administração, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1.978 de 01/08/2017 – DOU 02/08/2017,

#### **RESOLVE:**

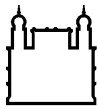
##### **1. PROPÓSITO**

Art. 1º Estabelecer no âmbito da Fiocruz, as infrações, da praticadas durante os procedimentos licitatórios e os subsequentes à sessão competitiva, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a dosimetria na aplicação da sanção, com dolo ou culpa:

I. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro e equipe de apoio/Comissão de Licitações durante o certame;

II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

III. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Fiocruz;

IV. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V. fraudar a licitação.

VI. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

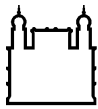
VII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);

Art. 2º Com base no art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Fiocruz poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I. advertência;

II. impedimento de licitar e contratar e



III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Art.3º Na aplicação das sanções estabelecidas no Art. 2º, desta Portaria serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

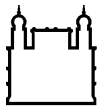
I. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas, quando não se justificar, que impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma estabelecida no art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

III. caberá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas em edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na forma prevista no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

IV. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





Art. 4º Com base na [Lei nº 14.133, de 2021](#), poderá ser aplicada aos licitantes e/ou adjudicatários, garantida a prévia defesa, a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até **04(quatro)meses** sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 5º As penas previstas no art. 4º desta portaria, poderão ser substituída por penalidade menos gravosa de **Advertência**, caso o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência de quaisquer condutas tipificadas na presente norma, ocorrido em procedimentos licitatórios e que não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 6º A pena prevista no art. 4º desta portaria, poderá ser **reduzida** em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Fiocruz, em decorrência de qualquer das práticas.

Art. 7º Deverão ser consideradas e avaliadas as seguintes **atenuantes**:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

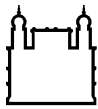
c) A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

d) A penalidade a que se refere ao Art. 4º desta portaria será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se ainda, cumulativamente, que:

- A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

- O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

- O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.



Art. 8º A sanção prevista no art. 4º poderá ser **majorada** em 50% (cinquenta por cento), para cada *agravante*, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

a) Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

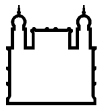
d) Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 9º Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 60(sessenta)meses, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 10º A aplicação das penas previstas nesta portaria não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.

Art. 11º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 12º No estabelecimento da pena, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nesta portaria. O cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores para majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no caput do Art. 6º para redução da pena.



Art. 13º Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte de todos os editais de licitação na como um de seus Anexos publicados por todas as Unidades da Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação de parecer jurídico da Procuradoria Federal.

Art. 14º A Autoridade Competente formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

## **2. VIGÊNCIA**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e REVOGA a Portaria nº 150/2019-Cogead.

**Flávia Silva**

**Coordenadora Geral de Administração**

**FIOCRUZ**